

As FARC
Uma guerrilha sem fins?

Coleção *O Estado da Democracia na América Latina*
Dirigida por Bernardo Sorj e Sérgio Fausto

A coleção *O Estado da Democracia na América Latina* é parte do projeto Plataforma Democrática, uma iniciativa dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na região, através do debate sobre as transformações da sociedade e da política na América Latina e no mundo.

Próximos títulos

Usos, abusos e desafios da sociedade civil na América Latina
Bernardo Sorj (org.)

Silêncio, Cuba! A esquerda democrática frente ao regime da Revolução Cubana
Claudia Hilb

Democracia, Agência e Estado. Uma teoria com intenção comparativa
Guilherme O'Donnell

Poder político e meios de comunicação. Da representação política ao reality show
Bernardo Sorj (org.)

Daniel Pécaut

As FARC
Uma guerrilha sem fins?



© 2010, Centro Edelstein.

Traduzido do original em francês:
Les Farcs. Une guérilla sans fins?

Tradução: Ivone C. Benedetti

Preparação: Maria José de Sant' Anna

Revisão:

Projeto gráfico: Gustavo S. Vilas Boas

Diagramação: Acqua Estúdio Gráfico

Capa: Miriam Lerner

Imagem de capa:

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

EDITORA PAZ E TERRA LTDA
Rua do Triunfo, 177
Santa Ifigênia, São Paulo, SP — CEP 01212-010
Tel.: (011) 3337-8399
E-mail: vendas@pazeterra.com.br
Home page: www.pazeterra.com.br
2010
Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Prefácio	
1 Breve retrospectiva da formação das FARC	
2 A evolução das FARC de 1966 a 2008.....	
3 Bases rurais de apoio das FARC.....	
4 Recursos financeiros.....	
5 Estratégia militar: expansão, guerra de movimento, recuo.....	
6 Terror e prosaísmo: a guerra vivida pela população.....	
7 Discurso e práticas políticas.....	
8 O momento bolivariano	
9 Incertezas do momento atual	
Conclusão	
Anexo – Pseudônimos e nomes verdadeiros dos guerrilheiros citados.....	
Bibliografia	



Devo os mapas e gráficos inseridos neste livro à gentileza de Camilo Echandía, membro do Observatório para a Paz e professor da Universidad Externado, cujos livros sobre os fenômenos conflituosos colombianos são referências indispensáveis. A ele, meu profundo agradecimento. A generosidade com que põe à disposição dos pesquisadores os resultados de seus trabalhos nunca é desmentida.

Em recente viagem, recebi a valiosa colaboração da Fundação Ideas para la Paz e da Fundação Nuevo Arco Iris.

Ao longo da obra, sempre falei das “FARC” sem as letras E.P. (Ejército del Pueblo) que foram acrescentadas à sua sigla em 1982. Na imprensa e nos trabalhos que lhes são dedicados, quase sempre continua sendo mencionada sua antiga sigla, e pareceu-me inútil sobrecarregar o texto.

Designei todos os guerrilheiros por seus pseudônimos. É assim que são conhecidos. Caso o leitor esteja interessado, apresento seus verdadeiros nomes como anexo.



Prefácio

Esta obra trata da guerrilha colombiana das FARC. É frequente aludir-se à sua impressionante longevidade, e elas mesmas se gabam de quase meio século de existência. Mais difícil, porém, é dizer com precisão o que são e o que querem. Minha ambição é contribuir com elementos de resposta a essas indagações.

A obra trata de sua história e também de seus objetivos militares e políticos, mas visa sobretudo a descrever suas formas de inserção na sociedade, modos de recrutamento, recursos financeiros e meios de ação. Trata-se de compreender como uma guerrilha, que na origem era um pequeno grupo de resistência camponesa, se transformou em alguns momentos numa organização de quase 20.000 combatentes, presente em mais da metade do território da Colômbia, capaz de infligir derrotas clamorosas ao exército, dando a impressão de conseguir efetivamente tomar o poder. Trata-se também de explicar como as FARC conseguiram preservar a coesão durante tanto tempo. Esse fato é ainda mais impressionante, porque há muito elas estão comprometidas com a economia da droga e com práticas de sequestro e intimidação, o que, parece, deveria provocar o relaxamento de sua disciplina e a perda de seus objetivos políticos.

Para a França, a Colômbia até bem recentemente era uma *terra incognita*. Só começou a entrar na sua mídia com Pablo Escobar, o cartel de Medellín, a droga e alguns assassinatos espetaculares. Sua imagem passou então a ser de um país vítima da violência crônica, com todos os seus incertos meandros.

Ao se tornar uma causa nacional, o sequestro de Ingrid Betancourt fez com que os holofotes se voltassem mais para esse país. As FARC, Álvaro Uribe, os paramilitares são hoje personagens que aparecem incessantemente nos noticiários de tevê. À imagem anterior veio somar-se a de um país imerso numa “guerra civil”. No entanto, a confusão subsiste. Como interpretar o fato de as FARC procurarem uma maneira de obter reconhecimento internacional fazendo reféns, se a prática de sequestros é um dos argumentos que levaram os Estados Unidos e a União Europeia a qualificá-las de “terroristas”?

Para quem conhece os protagonistas do conflito e algumas das suas modalidades de ação é bem difícil determinar suas razões e o que está em jogo. As desigualdades sociais colombianas sem dúvida são muito profundas, mas não muito mais do que a de muitos países vizinhos que não conhecem conflito semelhante. A Colômbia nos últimos tempos ficou apartada da evolução “para a esquerda” do restante da América Latina e atualmente é governada por um presidente que tem como orientação essencial o alinhamento com a política de Bush. Mas não se pode ignorar que seus predecessores tentaram várias vezes negociar com as FARC, e que o regime não é absolutamente comparável aos regimes autoritários da década de 1970 no Cone Sul.

Será realmente uma “guerra civil”? Sim, se considerarmos as motivações de alguns dos protagonistas e o fato de que, localmente, os fenômenos de violência ganham a aparência de confronto entre dois campos. E também, se observarmos a frequência de massacres e outras atrocidades e, sobretudo, se calcularmos as vítimas e as populações deslocadas. Mas o uso do termo se tornará mais problemático se aplicado ao país como um todo. Raros são os colombianos que se identificam apaixonadamente com a causa de um ou de outro dos protagonistas. Nas cidades, o conflito nem sempre é perceptível. A economia da droga se traduz pela existência de zonas cinzentas nas quais as relações entre adversários não excluem conluios.

Neste prefácio, porém, acredito ser indispensável voltar brevemente ao contexto histórico mais amplo desse conflito.

Os fenômenos bélicos ou de violência na Colômbia não datam das últimas décadas. Desde a Independência constituem grande parte da história desse país. No século XIX, ocorreram aproximadamente vinte guerras civis – regionais ou nacionais – entre o Partido Conservador e o Partido Liberal. A última, chamada de “Guerra dos mil dias”, durou de 1899 a 1902: fez cerca de 100.000 vítimas (incluindo-se as vítimas indiretas por doenças) numa população de menos de quatro milhões de habitantes e terminou com a perda do Panamá. Em seguida houve uma calmaria, mas em 1946 começou entre os dois partidos uma nova guerra civil que só terminaria por volta de 1962. Conhecida com o nome de *La Violencia*, foi particularmente atroz. O conflito atual logo se concatenou com ela. A essas guerras políticas cabe acrescentar os confrontos sociais frequentemente sangrentos.

A sucessão dessas guerras acabou por engendrar uma profunda impressão no imaginário coletivo. Muitos colombianos acabaram por considerar que a violência faz parte de sua história e até de sua natureza. Gabriel García Márquez descreve isso melhor que ninguém: ela estaria fadada a repetir-se como uma sina. Enquanto o restante da América Latina nutria múltiplas concepções de progresso, a Colômbia vivia principalmente sob o signo do fracasso e da perda, cujo símbolo é o Panamá.

O paradoxo é que no século XX a Colômbia se distinguiu ao mesmo tempo por uma excepcional estabilidade institucional, econômica e social. Os mesmos dois partidos políticos, o liberal e o conservador, nunca deixaram de enquadrar a grande maioria da população. As elites civis dominaram constantemente a cena política. Fizeram prevalecer uma concepção profundamente civilista das instituições e não precisaram temer a intervenção de militares, com pouco prestígio e proibidos de tomar posições abertamente políticas. Houve um único golpe de Estado militar, em 1953, mas com o assentimento delas. Ocorreram duas mobilizações populistas em 1946 e 1970, brutalmente debeladas, porém. As elites civis recorreram frequentemente a disposições de exceção, mas tratava-se de violações passageiras, que não as impediam de falar em nome do estado de direito e da democracia. A liberdade de expressão só raramente foi suspensa. No plano econômico, a Colômbia caracterizou-se por uma gestão ortodoxa e prudente; não passou pelos descontroles inflacionários dos países vizinhos nem pelos sobressaltos daí resultantes. Na esfera social, não escapou de várias turbulências, mas estas não acarretaram conturba-

ções importantes. Até mesmo a guerra de 1899-1902 e *La Violencia* redundaram no fortalecimento do *status quo* político e social.

Em suma, ordem e violência, estabilidade e turbulências não se mostram contraditórias, mas sim como duas faces de uma mesma história. Cabe propor alguns elementos de explicação.

A geografia, para começar. Esse país de 46 milhões de habitantes, três vezes maior que a França, tem uma longa costa para cada um dos dois oceanos, e é atravessado por três cordilheiras dos Andes com elevações que ultrapassam os 4.000 metros, com planaltos de mais de 2.000 metros de altitude e clima frio – Bogotá está situada a 2.600 metros –, entre os quais se encontram vales de clima tropical, como o do rio Magdalena, que durante muito tempo foi o principal eixo de comunicação entre a capital e o oceano Atlântico. Ir de leste a oeste pressupõe passar por gargantas de mais de 3.500 metros de altitude e descer várias vezes ao nível do mar. As comunicações, portanto, eram e continuam sendo difíceis. Nessas condições, a Colômbia é um país de regiões relativamente separadas e caracterizadas por fortes especificidades culturais. Ao contrário de outros países latino-americanos cujas capitais, muitas vezes portuárias, sempre concentraram grande parte da população e das atividades, Bogotá só se tornou polo realmente dominante nas últimas décadas. Outros polos urbanos, como Medellín, Cali e Barranquilla, desempenharam papel importante. A isso se soma hoje todo um conjunto de polos secundários, de 100.000 a 200.000 habitantes. Isso significa que durante muito tempo a Colômbia não dispôs de uma metrópole nacional em condições de se impor facilmente aos centros regionais. E, sobretudo, ressalta a fragmentação considerável do território.

Há outra observação geográfica não menos essencial. A ocupação do território ocorreu progressivamente, a partir dos altiplanos. Do século XIX até agora, desenvolveu-se um processo permanente de conquista de novas zonas fronteiriças. Zonas atualmente importantes, como Urbá (a costa de Antioquia para o Atlântico) ou o Médio Magdalena só foram maciçamente povoadas a partir de 1960. Já as regiões amazônicas começaram a ser ocupadas a partir de 1980. A leste do país ainda subsistem imensas regiões de baixíssima densidade populacional.

Esses dois dados contribuem tanto para a violência quanto para a estabilidade. Entre as regiões, as tensões são frequentemente fortes. O Estado prima pela ausência nas zonas de fronteiras recentes, e o fenômeno

de colonização é sempre acompanhado pela violência. Teremos oportunidade de voltar a isso com mais vagar. Ao mesmo tempo, a fragmentação espacial implica a constituição de uma diversidade de elites que impede a concentração do poder e frequentemente limita as repercussões das turbulências periféricas sobre a vida nacional.

Outro elemento de explicação é a precariedade da simbólica nacional. A Colômbia esteve permanentemente dividida entre duas subculturas políticas. O Partido Conservador e o Partido Liberal são bem mais que simples organizações partidárias e só representam interesses econômicos ou sociais diferentes de forma acessória e limitada. Durante um século, a oposição entre os dois baseou-se sobretudo na função atribuída à Igreja católica. Os conservadores consideravam que a ordem social só podia repousar em princípios transcendentais, portanto, na garantia da Igreja; os liberais, embora quase sempre respeitassem a religião, enfatizavam o princípio de soberania popular. Essas duas subculturas foram transmitidas de uma geração a outra. Na origem, eram redes mais ou menos hierarquizadas de clientelas que enquadravam quase que a totalidade da população. A ideia de cidadania, entendida como pertencimento a uma mesma comunidade política, portanto, pouco conseguiu consolidar-se. Foi substituída pela de lealdade a grupos. A própria ideia de unidade nacional permaneceu muito incerta: estava fadada a não passar de abstração, enquanto prevalecia a lealdade para com a rede partidária. Aliás, sempre foram excepcionais as mobilizações nacionalistas.

Essa divisão, por sua vez, era um fator de violência tanto quanto de estabilidade. As guerras civis e *La Violencia* estão aí para demonstrar as discórdias a que ela pôde conduzir. Ela também possibilitou que as elites mantivessem seu domínio sobre as classes populares: estas, na maioria, estavam fortemente ligadas à lealdade partidária. Por outro lado, ao saírem dos confrontos, os partidos podiam decidir deixar de lado seus antagonismos “filosóficos” para privilegiar os interesses econômicos e sociais. A partir de 1903, foram numerosos os períodos em que eles realizaram coalizões de governo e, de 1958 a 1986, elaboraram uma fórmula de “Frente Nacional” que lhes garantia distribuição paritária de todos os cargos públicos, de alto a baixo. Divisão e associação no poder, portanto, alternaram-se. A segunda não marcou a cultura política menos que a primeira.

Como último elemento temos a fraqueza das regulações estatais. Prevaleceu incessantemente uma visão “liberal” na esfera econômica e

social. Isso não era efeito de uma convicção doutrinal: essa visão podia perfeitamente ser acompanhada por uma luta feroz contra o liberalismo político. Era, em primeiro lugar, expressão da concorrência entre diversas elites heterogêneas e dos acomodamentos para levá-la em conta. Era também produto de sua desconfiança comum em relação à concentração do poder e à autoridade nas mãos do Estado. As elites econômicas sempre reivindicaram deste o benefício de medidas protecionistas rigorosas, mas, quanto ao resto, constantemente se insurgiram contra “a intervenção do Estado”. As diversas elites políticas, por sua vez, pretendiam manter nas mãos o controle das redes partidárias. Enquanto nos países do Cone Sul o Estado fortaleceu sua autoridade nas décadas de 1930-1940, ao organizar e controlar os sindicatos de tal maneira que aparecia como o representante do “povo”, nada disso ocorreu na Colômbia. Na conjuntura de crise econômica dos anos 1930, as elites recusaram a ingerência do Estado nas relações sociais. Agiram de tal modo que a cidadania social continuou tão precária quanto a cidadania política.

Aí está um terceiro fator que favoreceu tanto a violência quanto a estabilidade. Na ausência de uma regulação social global, as relações de força tenderam a reger as relações sociais, o que só podia acarretar conflitos frequentemente violentos. Em muitos aspectos, a própria formação de movimentos armados de contestação parecia inserir-se nessa paisagem ordinária. Aliás, o direito de rebelião política, de origem espanhola, continuou reconhecido até há pouco; as penas que a puniam eram das mais reduzidas. Mas essa contestação dificilmente conseguia adquirir expressão política de envergadura nacional por não ter diante de si um poder suficientemente coerente. A única tentativa de erigir um “Estado autoritário” desenrolou-se entre 1949 e 1953 e seu saldo foi o fracasso. Os antagonismos sociais estavam logo condenados a “privatizar-se”: a classe política recorria a milícias privadas para combater a contestação social, os rebeldes esqueciam sua causa à medida que conseguiam controlar certos recursos econômicos. A conflituosidade social se dispersava em múltiplas cenas locais ou só se mantinha nas periferias do país. Os fenômenos de violência social frequentemente acabavam por provocar como reação a demanda de ordem e de retorno à estabilidade.

Essa digressão pelo contexto histórico possibilita entender por que os fenômenos atuais de confronto armado não foram sentidos, pelo me-

nos de início, como uma ruptura radical com o passado: foram percebidos como parte de uma longa história.

Essa digressão também possibilita compreender por que até agora eles não pareceram alterar gravemente o funcionamento do regime. Nem o terrorismo sem precedente dos narcotraficantes nem a multiplicação das frentes de guerrilhas e, depois, dos grupos paramilitares venceram a resistência das instituições. O uso da força pública e privada sem dúvida tem muita participação nisso. Mas a maleabilidade e a fluidez das estruturas de poder também contribuíram.

As instituições e a sociedade se modernizaram. O Estado atualmente é muito mais eficaz que nos países andinos vizinhos. Constituiu-se uma tecnocracia de grande qualidade. Os empresários muitas vezes têm um dinamismo notável. O nível educacional médio melhorou muito e surgiram universidades de alto nível em quase todo o país. As cidades transformaram-se.

No entanto, as desigualdades sociais estão mais pronunciadas que nunca. Elas não se dão apenas entre as zonas rural e urbana, mas também no interior de ambas. A corrupção, de que a Colômbia estava relativamente livre até 1970, adquiriu dimensões muitas vezes espetaculares, afetando não só a classe política e as instituições, mas também a sociedade. Os fenômenos de violência prosseguem. Como pano de fundo encontra-se a economia da droga que há trinta anos mantém seus efeitos corrosivos. Ela alimenta todos os protagonistas do conflito armado, exacerba as disparidades sociais, está por trás de novos modos de maleabilidade e fluidez institucionais que, em vez de contribuir para a estabilidade, engendram crises reiteradas.

Volto então à seguinte pergunta: caberá falar de “guerra civil”? Na realidade, a maioria da população apenas sofre suas consequências. Sempre que pode, ela manifesta seu desejo de paz. É mais um contraste. Por certo as experiências de violência produziram, além de traumas duradouros, um imaginário amplamente difundido. Mas não suscitaram, exceto entre grupos restritos, uma “cultura de guerra” que levasse a homologar a concepção global de uma clivagem “amigo-inimigo”. Quando as circunstâncias o permitem, continua a prevalecer bem mais uma sociabilidade feita de tolerância e senso de conciliação: é o que se chama simplesmente civilidade, o mais importante trunfo da Colômbia para sair da situação atual.